



Santa Maria Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF 12.053.787/0001-39

Inscrição Estadual 20.285.546-5

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rodovia CE 021, KM 08, s/nº, sala 02, Distrito Industrial

Maracanaú - CE,

CEP 61939-906

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2017

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional.....	10
2 Base de Preparação.....	10
3 Principais Políticas Contábeis	11
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	19
5 Clientes.....	20
6 Títulos e Valores Mobiliários	20
7 Transações com Partes Relacionadas	21
8 Imobilizado.....	21
9 Fornecedores	22
10 Empréstimos e Financiamentos	22
11 Capital Social	23
12 Receita Operacional Líquida	23
13 Custos e Despesas Operacionais	23
14 Resultado Financeiro	24
15 Imposto de Renda e Contribuição Social.....	24
16 Instrumentos Financeiros	24
17 Passivos Contingentes.....	27
18 Seguros	27
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 32	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**AO ACIONISTA**

A administração da Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Santa Maria ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2017, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Santa Maria, localizada no Município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte, sagrou-se vencedora no 4º Leilão de Energia de Reserva - LER, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 18.08.2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL.

A energia de Santa Maria foi comercializada por meio de Contrato de Energia de Reserva - CER, por 20 anos, a partir de 1º.07.2014, ao preço médio de R\$ 150,24/MWh, atualizado pelo IPCA até 31.12.2017.

As unidades geradoras de Santa Maria entraram em operação comercial em 23.04.2015, conforme disposto no Despacho Aneel nº 1.174, de 22.04.2015.

Complexo Eólico	Leilão ¹	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWméd)	Geração (GWh)	Preço ²	Vencimento da Autorização
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	4º LER (18/08/2011)	29,7	15,7	102,2	150,24	07.05.2047

¹LFA - Leilão de Fontes Alternativas/ LER - Leilão de Energia de Reserva.

² Preço atualizado até dezembro/2017.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2017	2016	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	138.420	140.008	(1,1)
Caixa e equivalentes de caixa	35.704	33.949	5,2
Títulos e Valores Mobiliários	5.121	4.250	20,5
Dívida total	51.578	54.734	(5,8)
Dívida líquida	10.753	16.535	(35,0)
Receita operacional bruta	13.096	14.993	(12,7)
Deduções da receita	507	547	(7,3)
Receita operacional líquida	12.589	14.446	(12,9)
Custos e despesas operacionais	10.074	10.204	(1,3)
Resultado das atividades	2.515	4.242	(40,7)
EBITDA ou LAJIDA	7.018	8.750	(19,8)
Resultado financeiro	(1.104)	(955)	(15,6)
IRPJ/CSLL	1.663	1.621	2,6
Lucro operacional	1.411	3.287	(57,1)
Lucro líquido do exercício	(252)	1.666	(115,1)
Patrimônio líquido	63.463	64.902	(2,2)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,5	1,5	-
Liquidez geral (índice)	0,6	0,5	20,0
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	55,7	60,6	(8,1)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	81,3	84,3	(3,6)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	11,2	22,8	(50,9)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	(2,0)	11,5	(117,4)
Participação de capital de terceiros (%)	54,2	53,6	1,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	(0,4)	2,6	(115,4)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 20 de abril de 2018.

Pedro dos Santos Lima Guerra

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente LUÍS GUSTAVO SOCHER
Membros ELOIR JOAKINSON JUNIOR
PEDRO DOS SANTOS LIMA GUERRA

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA
Membros Titulares LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
HEITOR DANTAS FILHO

Membros Suplentes RICARDO VIDINICH

DIRETORIA

Diretor Presidente PEDRO DOS SANTOS LIMA GUERRA
Diretor de Gestão FERNANDO DIAS LISBOA DA SILVA
Diretor de Finanças EVANDRO JORGE DOMINSKI

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.704	33.949
Clientes	5	1.200	1.422
Outros Créditos		42	17
Imposto de renda e contribuição social		989	609
Outros tributos a recuperar		8	8
		37.943	36.005
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	5.121	4.250
Outros tributos a recuperar		6	-
Partes relacionadas	7	88	2
		5.215	4.252
Imobilizado	8	95.262	99.751
		100.477	104.003
TOTAL DO ATIVO		138.420	140.008

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		46	-
Partes relacionadas	7	1.937	1.822
Fornecedores	9	17.088	16.574
Imposto de renda e contribuição social		131	280
Outras obrigações fiscais		120	110
Empréstimos e financiamentos	10	3.936	3.893
Dividendos a pagar	7	1.769	582
Outras contas a pagar		336	-
		25.363	23.261
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	-	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.952	1.001
Empréstimos e financiamentos	10	47.642	50.841
		49.594	51.845
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	61.361	61.361
Reserva legal		206	206
Reserva de retenção de lucros		1.896	2.148
Dividendo adicional proposto		-	1.187
		63.463	64.902
TOTAL DO PASSIVO		138.420	140.008

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	12.589	14.446
Custos Operacionais	13	(8.587)	(7.468)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		4.002	6.978
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(1.432)	(2.614)
Outras despesas operacionais	13	(55)	(122)
		(1.487)	(2.736)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		2.515	4.242
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		3.726	4.274
Despesas financeiras		(4.830)	(5.229)
		(1.104)	(955)
LUCRO OPERACIONAL		1.411	3.287
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15		
Imposto de renda e contribuição social		(712)	(731)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(951)	(890)
		(1.663)	(1.621)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(252)	1.666

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
em milhares de reais

	31.12.2017	31.12.2016
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(252)	1.666
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(252)	1.666

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	61.361	123	2.148	-	-	63.632
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.666	1.666
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	83	-	-	(83)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.187	(1.583)	(396)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	61.361	206	2.148	1.187	-	64.902
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(252)	(252)
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	-	(1.187)	-	(1.187)
Reserva de retenção de lucros	-	-	(252)	-	252	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	61.361	206	1.896	-	-	63.463

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(252)	1.666
Ajustes para a reconciliação do (prejuízo) lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos, variações monetárias não realizadas - líquidas		4.776	5.071
Imposto de renda e contribuição social	15	712	731
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	951	890
Depreciação	8	4.503	4.508
		10.690	12.866
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		222	(126)
Outros créditos		(25)	(10)
Imposto de renda e contribuição social		(380)	(609)
Outros tributos a recuperar		(6)	(3)
Partes relacionadas		(86)	-
		(275)	(748)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		46	-
Partes relacionadas		112	569
Fornecedores		514	296
Outras obrigações fiscais		10	(56)
Outras contas a pagar		336	(64)
		1.018	745
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		11.433	12.863
Imposto de renda e contribuição social pagos		(861)	(674)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.1	(4.094)	(4.337)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.478	7.852
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(871)	(2.080)
Recebimento de créditos concedidos a partes relacionadas		-	20.315
Aquisições de imobilizado	8	(14)	(150)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(885)	18.085
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de obrigações contraídas com partes relacionadas		-	3
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10.1	(3.838)	(3.789)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.838)	(3.786)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.755	22.151
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	33.949	11.798
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	35.704	33.949
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.755	22.151

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Companhia) com sede na Rodovia CE 021, Km 08, s/nº, sala 02, Distrito Industrial, Maracanaú, Estado do Ceará, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. Tem como objeto social a geração de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produtor independente de energia, e a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria relacionados à geração de energias alternativas.

É constituída de onze unidades geradoras de 2,7 MW, totalizando 29,7 MW de capacidade instalada e 15.7 MW médios de garantia física de energia, localizadas no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte.

Em 1º.07.2014, a Companhia firmou Contrato de Energia de Reserva - CER na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar da entrada em operação, ao preço de R\$ 101,98/MWh, data-base agosto de 2011, que atualizado pelo IPCA é de R\$ 150,24/MWh.

A entrada em operação comercial da central geradora foi em abril de 2015 e a data de vencimento da autorização é 07.05.2047.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 20.04.2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros; e
- NE nº 3.8 - Arrendamentos.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado;
- NE nº 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE nº 3.4 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NE nº 3.5.1 - Receita não faturada;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NE nº 3.7 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

3.1.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

3.1.3 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e as perdas acumulados mantidos no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício.

3.1.4 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia tem intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Passivos Financeiros e instrumentos de patrimônio

3.1.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.6 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.7 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

3.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado.

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício. Podem existir exceções, que serão tratadas como custos capitalizáveis no ativo correspondente.

3.5 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

3.5.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, por meio de estimativa com base na última medição efetuada.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2017. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir:

3.9.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38/IAS 39 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38/IAS 39. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito .

No que tange às modificações relacionadas a contabilização de hedge, o CPC48/IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na CPC 38/IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange aos tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente à ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Com base na análise dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 31.12.2017, considerando os fatos e as circunstâncias existentes naquela data, a Companhia avaliou o impacto do CPC 48/IFRS 9 sobre as demonstrações financeiras, conforme segue:

Classificação e mensuração

A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o modelo de gerenciamento desses ativos identificou, preliminarmente, alteração de classificação nos instrumentos relacionados abaixo. A Administração da Companhia acredita que a alteração na classificação não impactará de forma relevante a mensuração dos itens, não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

Instrumentos Financeiros	Nova Classificação CPC 48/IFRS 9	Classificação atual CPC 38/IAS 39
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Clientes	Custo Amortizado	Empréstimo e recebível
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como Valor Justo por meio do Resultado - VJR, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48/IFRS 9.

Redução ao valor recuperável (impairment)

A CPC 48/IFRS 9 exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quais sejam.

(i) Caixa, equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários: são detidos com instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera que esses ativos têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes.

(ii) Contas a receber de clientes: Os clientes da Companhia são distribuidores de energia elétrica com contratos firmados em leilão ou por liquidação do excedente de geração na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, esses agentes, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias – CCG para cumprimento dos pagamentos junto a Companhia. Neste sentido, a Companhia considera que esses ativos têm baixo risco de crédito, pois não possui histórico de perdas.

A Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá impacto relevante nos montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48/IFRS 9 é sua aplicação retrospectiva, porém a Companhia adotará a isenção do item 7.2.15 da norma, o qual lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Adicionalmente, como a Companhia não aplica a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico.

3.9.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos do CPC47/IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

As principais receitas da Companhia são com venda de energia elétrica aos distribuidores de energia elétrica decorrentes de contratos firmados em leilão e também, do excedente de energia gerada negociado no mercado de curto prazo junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia, em sua avaliação, não estima quaisquer impactos importantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa norma.

3.9.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

3.9.4 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.9.5 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia avalia que as alterações ao CPC 28/IAS 40 não causará impactos em suas demonstrações financeiras, pois não possui propriedades para investimento.

3.9.6 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

- i) alterações a IFRS 1 – adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes ao IFRS;
- ii) alterações a IFRS 12 – divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5; e
- iii) alterações ao IAS 28 - investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com a IAS 28 por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não causará impactos sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos conta movimento	1.103	64
Aplicações financeiras de liquidez imediata	34.601	33.885
	35.704	33.949

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas, entre 85,0% e 100,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	31.12.2017	31.12.2016
Concessionárias e permissionárias			
Suprimento de energia elétrica - faturado	77	77	-
Suprimento de energia elétrica - não faturado	1.123	1.123	1.422
	1.200	1.200	1.422

A Companhia não constitui provisão para os créditos vencidos há mais de 90 dias pela existência de garantias vinculadas aos contratos de fornecimento.

6 Títulos e Valores Mobiliários

Corresponde às aplicações financeiras em fundos de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado com rentabilidade de 9,64% a.a.

Os recursos são vinculados ao financiamento mantido pela Companhia junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para garantir a operação.

7 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2017	31.12.2016
Entidades sob controle comum		
Ativo não circulante - Copel Renováveis S.A. (c)	88	-
- Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A. (b)	-	1
- Santa Helena Energias Renováveis S.A. (b)	-	1
Passivo circulante - Copel Distribuição S.A. (a)	166	-
- Copel Renováveis S.A. (a)	1.654	1.822
Passivo não circulante - Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (b)	-	3
Controladora		
Passivo circulante - Copel Geração e Transmissão S.A. (a)	68	-
- Copel (a)	49	-
- Copel - Dividendos	1.769	582

(a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

(b) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2016, os quais foram ressarcidos em 2017.

(c) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2017, ainda em aberto, devido a incorporação da Brisa Potiguar pela Copel Renováveis S.A., ocorrida em dezembro/2017.

A Copel concedeu fiança em empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme NE nº 10.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

A Companhia incorreu em remuneração com o pessoal chave da administração no montante de R\$ 210 em 2017.

8 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2016	Adições	Depreciação (a)	Saldo em 31.12.2016	Adições	Depreciação (a)	Saldo em 31.12.2017
Em serviço							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.117	-	(222)	4.895	-	(222)	4.673
Máquinas e Equipamentos	98.992	-	(4.286)	94.706	-	(4.281)	90.425
	104.109	-	(4.508)	99.601	-	(4.503)	95.098
Em curso							
Obras em andamento	-	150	-	150	14	-	164
	-	150	-	150	14	-	164
Total	104.109	150	(4.508)	99.751	14	(4.503)	95.262

(a) Taxa média de depreciação de 4,20 % (4,20 % em 2016)

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2017 e em 2016.

9 Fornecedores

Consolidado	31.12.2017	31.12.2016
Energia elétrica	505	-
Materiais e serviços	16.481	16.574
Encargos de uso da rede elétrica	102	-
Circulante	17.088	16.574

10 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2017	31.12.2016
			final				
BNDES - 14212711	01.06.2015	192	15.08.2031	1,66% a.a. acima da TJLP	59.462	51.578	54.734
Circulante						3.936	3.893
Não circulante						47.642	50.841

Destinação: Construção e implantação de central geradora eólica.

Garantias: Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

10.1 Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2016	3.979	53.810	57.789
Encargos	4.255	-	4.255
Variação monetária e cambial	88	728	816
Transferências	3.697	(3.697)	-
Amortização - principal	(3.789)	-	(3.789)
Pagamento - encargos	(4.337)	-	(4.337)
Em 31.12.2016	3.893	50.841	54.734
Encargos	4.190	-	4.190
Variação monetária e cambial	40	546	586
Transferências	3.745	(3.745)	-
Amortização - principal	(3.838)	-	(3.838)
Pagamento - encargos	(4.094)	-	(4.094)
Em 31.12.2017	3.936	47.642	51.578

10.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2019	3.761
2020	3.761
2021	3.761
2022	3.761
2023	3.761
Após 2023	28.837
	47.642

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tal como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2017, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

Abaixo está apresentado o *covenant* financeiro presente nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Limite
BNDES Financiamento a empreendimentos - Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

11 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2017 monta a R\$ 61.361 (R\$ 61.631, em 31.12.2016), composto por 61.361.000 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

12 Receita Operacional Líquida

	31.12.2017	31.12.2016
Receita Bruta	13.096	14.993
(-) PIS/Pasep e Cofins	(507)	(547)
Receita Líquida	12.589	14.446

13 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2017	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2016
Energia elétrica comprada para revenda	(16)	-	-	(16)	(15)	-	-	(15)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.051)	-	-	(2.051)	(2.127)	-	-	(2.127)
Pessoal e administradores	(350)	(792)	-	(1.142)	(420)	(692)	-	(1.112)
Planos previdenciário e assistencial	(41)	(69)	-	(110)	(90)	(120)	-	(210)
Material	(2)	(8)	-	(10)	(1)	(13)	-	(14)
Serviços de terceiros	(1.380)	(342)	-	(1.722)	(294)	(940)	-	(1.234)
Depreciação e amortização	(4.503)	-	-	(4.503)	(4.507)	(1)	-	(4.508)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(87)	(87)	-	-	(122)	(122)
Arrendamentos e aluguéis (a)	(122)	(141)	-	(263)	(14)	(427)	-	(441)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(122)	(80)	32	(170)	-	(421)	-	(421)
	(8.587)	(1.432)	(55)	(10.074)	(7.468)	(2.614)	(122)	(10.204)

- a) A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuou pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passou a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

13.1 Compromissos de aluguéis e arrendamentos não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2017
Arrendamento dos terrenos dos parques eólicos	192	861	5.157	6.210

14 Resultado Financeiro

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.253	3.484
Outras receitas financeiras	473	790
	3.726	4.274
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	4.189	4.977
Outras despesas financeiras	641	252
	4.830	5.229
Líquido	(1.104)	(955)

15 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receitas com venda de energia	13.096	14.993
Efeito de base na recontabilização da receita CCEE	506	(30)
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	930	865
Base de cálculo IRPJ 8%	2.018	2.062
Base de cálculo CSLL 12%	2.562	2.661
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	534	549
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	178	182
Imposto de renda e contribuição social	712	731
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	5.741	2.945
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	1.952	1.001
Reversão de provisão de IRPJ e CS sobre a receita financeira	(1.001)	(111)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	951	890

16 Instrumentos Financeiros

16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	35.704	35.704	33.949	33.949
Empréstimos e recebíveis						
Cientes (a)	5	1	1.200	1.200	1.422	1.422
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	5.121	5.121	4.250	4.250
Total dos ativos financeiros			42.025	42.025	39.621	39.621
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)	9	1	17.088	17.088	16.574	16.574
Empréstimos e financiamentos (c)	10	2	51.578	46.570	54.734	45.246
Total dos passivos financeiros			68.666	63.658	71.308	61.820

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 126,00% do CDI para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

16.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

16.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e equivalentes de caixa	35.704	33.949
Cientes	1.200	1.422
Títulos e valores mobiliários	5.121	4.250
	42.025	39.621

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

16.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas junto a instituições financeiras.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2019, repetem-se os indicadores de 2018 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

	Juros	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2017							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	537	1.322	5.989	26.912	43.235	77.995
Fornecedores	NE nº 9	291	-	16.797	-	-	17.088
		828	1.322	22.786	26.912	43.235	95.083
31.12.2016							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	557	1.401	6.435	28.465	49.807	86.665
Fornecedores	NE nº 9	-	73	16.501	-	-	16.574
		557	1.474	22.936	28.465	49.807	103.239

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

16.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2017 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic – 6,75%, IPCA – 3,94% e TJLP – 6,75%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2018 do Relatório Focus do Bacen de 02.02.2018.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2017	Cenários projetados - dez.2018		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	5.121	346	259	173
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta CDI	(51.578)	(3.481)	(4.352)	(5.222)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2017, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

17 Passivos Contingentes

Em 31.12.2017, a Companhia discute processo judicial de ordem tributária referente a Imposto sobre serviço de qualquer natureza. Com base na avaliação dos seus assessores jurídicos o processo não apresenta risco de perda.

18 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Consolidado Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2019	82.700
Garantia de Pagamento - Extremoz	16.11.2018	647
Seguro de Riscos Operacionais	27.06.2018	109.034
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	27.06.2018	20.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2017, de R\$ 3,3080.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.



Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como: riscos diversos, transporte nacional e internacional e seguro de vida.

Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de abril de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Os membros do Conselho Fiscal da SANTA MARIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 20 de abril de 2018.

JOÃO ALBERTO DA SILVA

Presidente do Conselho

LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA

Conselheiro

HEITOR DANTAS FILHO

Conselheiro